
PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRA DA SOBRECOBERTURA METÁLICA PARA O SOLAR DO COLÉGIO

1. APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, sonho antigo da população de Campos dos Goytacazes/RJ, foi criada por meio do Decreto 16.357, em 27/02/91, quando teve aprovado o seu Estatuto e, desde então, passou a ser uma das mais importantes instituições da região, atuando na apenas na formação acadêmica, mas também na extensão e no desenvolvimento de projetos que têm como objetivo a aproximação com a comunidade regional.

O processo de implantação da UENF começou efetivamente em 23 de dezembro de 1991, quando o decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação. Em 10/12/1992, foi aprovada a Lei número 2.043/92, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense - FENORTE, com a missão de manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense. O primeiro vestibular para a UENF foi realizado em 3 de junho de 1993. A primeira aula no *campus* da UENF foi ministrada aos 16 de agosto de 1993, data final definida como a da implantação da Universidade.

Na década de 90, FENORTE e UENF foram responsáveis por realizar a restauração do edifício denominado Solar do Colégio, localizado na baixada campista. À época, previa-se com tal projeto a criação de uma escola de cinema atrelada à Universidade, projeto que por motivos variados não se concluiu. Remanescente da arquitetura colonial religiosa, o Solar do Colégio é uma das mais antigas construções do norte e noroeste fluminense, tendo sido construído para ser a sede de antiga fazenda de produção pertencente à Companhia de Jesus. Uma vez abandonado o projeto de criação da escola de cinema, já com o Solar restaurado, FENORTE e UENF participaram na criação junto à Prefeitura Municipal de Campos, do Arquivo Público Municipal, instituído pela Lei n. 7060, de 18 de maior de 2001, e efetivamente inaugurado e instalado no Solar do Colégio em 28 de março de 2002.

Devido à sua inserção na comunidade local e atuação em prol da cultura e do patrimônio artístico de Campos e região, tendo sido parte do próprio processo de criação e instalação do Arquivo Público no Solar do Colégio, é que a Universidade Estadual do Norte Fluminense foi contemplada com recursos da Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro - ALERJ -, para recuperação de tal edificação histórica. Assim, segundo o projeto de lei 5275/2021, destinaram-se recursos do fundo especial da ALERJ para a UENF para fins de realização de “obras de restauração” no edifício denominado Solar do Colégio, em que hoje está instalado o Arquivo Público.



Em maio do ano de 2022, Universidade e Prefeitura de Campos firmaram Termo de Cooperação Técnica para viabilizar a referida restauração e reestruturação. No entanto, dada a ausência de um quadro técnico especializado em restauração e da consequente ausência dessa expertise, a UENF necessitará efetuar a contratação de uma empresa especializada para elaborar o projeto de restauro. Para se viabilizarem os trabalhos futuros de tal empresa, com os inúmeros levantamentos e prospecções, sobretudo em seu telhado, e também visando cessar, já agora, de forma emergencial, a exposição do acervo e todo o interior do prédio às intempéries, faz-se necessária a execução de uma sobrecobertura para o Solar, fazendo frente à demanda por uma obra qualificada de preservação de patrimônio histórico e artístico nacional.

2. OBJETO

Contratação de empresa para construção de uma Sobrecobertura Metálica para o Solar do Colégio / Arquivo Público de Campos situado na Rodovia Sérgio Viana Barroso, 3060, Campos dos Goytacazes-RJ.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação da obra da Sobrecobertura do Arquivo Público Municipal - Solar do Colégio se faz necessária por ser um edifício tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, e que desde 2001 passou a abrigar o Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, importante instituição mantenedora da história e da memória regional que se encontra em avançado estado de deterioração.

O conjunto formado pelo Solar e Capela do Engenho do Colégio, também conhecido como Engenho do Colégio, fazia parte da fazenda jesuítica denominada Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio, construída entre 1650 a 1690. Tombado pelo IPHAN por sua importância cultural pelo Processo nº 175-T-1938, estando registrado no Livro do Tombo Histórico com a inscrição nº 243, de 24/07/1946 e no Livro do Tombo Belas Artes com a inscrição. nº 308, de 24/07/1946, Solar e Arquivo atuam hoje como importantes pontos de preservação da memória e da história regional.

Desde a sua criação, o Arquivo de Campos é em sua essência um órgão de pesquisa procurado por cidadãos e pesquisadores acadêmicos da região, mas também de diversas partes do país, o que se deve principalmente à riqueza de seu acervo. Para além das atividades desempenhadas no tratamento técnico documental, o Arquivo desenvolve ações de divulgação do acervo histórico custodiado, que embasa os estudos sobre a história de toda a região norte e noroeste fluminense. Dessa forma, cabe ressaltar que o Arquivo Público Municipal tem como atribuições estabelecer normas de organização e funcionamento, guardar e preservar os documentos de valor permanente produzidos recebidos e acumulados pelos órgãos da Prefeitura no exercício de suas funções; garantir o acesso aos documentos e às informações neles contidas, observadas as restrições legais; executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a



preservação e o acesso ao acervo arquivístico da Administração Pública Municipal e aos documentos privados de interesse público que estiverem sob sua guarda.

Apesar da sua função estratégica para a gestão da documentação do município, bem como sua importância histórico-cultural tanto na conservação e preservação do Acervo, quanto na realização de atividades e eventos abertos à comunidade e voltadas à educação patrimonial, o Arquivo tem sofrido com a falta de manutenção ao longo dos últimos anos.

Neste período, por um processo de degradação da estrutura física do edifício, o acervo custodiado pelo Arquivo tem sido submetido a condições que agravam as avarias causadas pelo tempo e manutenção irregular. Tais danos podem ser verificados na documentação técnica apresentada nos documentos intitulados “Mapa de Danos”.

São exemplos dos principais problemas: vazamentos provocados pela falta ou pelo deslizamento de telhas-canais, que sofrem considerável piora a cada chuva; danos expostos no sistema elétrico, que fazem com que a probabilidade da incidência de um incêndio seja grande, além da ineficiência do sistema de para-raios, mofo nas paredes, madeiramento apodrecido ou com infestação de térmitas e outros agentes biológicos, dentre outros danos.

Vale ressaltar que o rico e raro acervo abrigado pelo Arquivo Público não está digitalizado, o que amplia consideravelmente o risco de perdas irreparáveis à história da região. Significa dizer que novas infestações de agentes biológicos ou novas exposições às chuvas, aliadas à precária rede elétrica - que não suporta a utilização de scanners e aparelhos que auxiliam no controle de temperatura e umidade do ar para a realização do trabalho de digitalização - podem resultar em perdas documentais irreversíveis.

Desta forma, a execução da sobrecobertura será de suma importância para a proteção do acervo agora, em caráter emergencial, e também na sequência, durante os levantamentos a serem efetuados quando da elaboração do projeto de restauração, também em vias de contratação, e ainda posteriormente durante a execução da obra de restauro a ser contratada em seguida.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia qualificada para execução de uma Sobrecobertura Metálica para o Solar do Colégio, de modo a preservar todo o rico acervo do Arquivo Público Municipal abrigado nesta edificação bem como todo o interior do Solar, a partir de agora até a conclusão da futura obra de restauro da edificação.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS

A apresentação discriminada de todos os itens dos serviços que compõem o escopo da obra pode ser visualizada nas planilhas orçamentárias de referência.

4.3. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM/SERVIÇO



O objeto é de natureza comum, de escopo próprio, não continuado, tendo um padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, resultando em especificações usuais, conforme apresentado no Memorial Descritivo/Especificação de Serviços e toda a documentação técnica.

5. PRAZO

O prazo de execução dos serviços é de 90 (noventa) dias, conforme detalhado nos cronogramas físico-financeiros de referência.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

6.1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A Contratada terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual. Caberá à Fiscalização do Contrato fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e fornecimento dos materiais, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos, com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e as boas práticas da engenharia.

6.2. ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

Quando os serviços forem concluídos, a Contratada deverá informar, por escrito, à Fiscalização, que então iniciará a etapa de verificação final (*checklist*). O Recebimento Provisório da obra ficará a cargo da Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes. O Recebimento Definitivo ficará igualmente a cargo da Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas devem apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ), em plena validade.

Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do Conselho do Rio de Janeiro, quando da assinatura do contrato.

Para comprovação de capacidade técnica, deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com



complexidade superior ao especificado no Projeto Básico, com clara menção da execução bem sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

A capacidade técnico-profissional será demonstrada mediante comprovação pelo licitante de que possui em seu quadro pessoal, profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância definidas para a contratação.

A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, detentor das Anotações de Responsabilidade Técnica mencionadas, integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual será realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;
- Cópia do Contrato Social devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- Cópia do Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em observância ao disposto no inciso III do artigo 67 da Lei Federal 14.133/21.

Os profissionais indicados pela licitante para comprovação da capacidade técnica profissional deverão participar da execução dos trabalhos, admitindo-se a sua substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

As parcelas de maior relevância definidas para a contratação, a qual a licitante deverá demonstrar capacidade técnica operacional/técnico-profissional para execução de quantidades mínimas de:



- **Coberturas em estrutura metálica, vencendo vãos a partir de 14 m: execução de no mínimo 600 m2 de coberturas.**

As parcelas de maior relevância definidas para a contratação, a qual a licitante deverá demonstrar capacidade técnico-profissional para execução de:

- **Coberturas em estrutura metálica, vencendo vãos a partir de 14 m;**

Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

8. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.
Natureza da Despesa: 449051-05
Fonte de Recursos: 2.501.230
Programa de Trabalho: 12.364.0442.1045

9. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Administração, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

A forma de pagamento será mensal com crédito em conta corrente.



10. GARANTIA

O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor inicial.

As normas referentes à garantia contratual estão dispostas na minuta padrão de edital de concorrência para realização de obras, instituída pela PGE-RJ, disponível no endereço eletrônico <https://pge.rj.gov.br/entendimentos/minutas-padrao-lei-14133>, instituída pela resolução PGE nº 5072/2024 e respectivas alterações.

Por se tratar de uma obra de suma importância, considerando o caráter emergencial e essencial de se promover a proteção do acervo do Arquivo Público bem como todo o interior do prédio do Solar, em que o risco da não execução representará um prejuízo muito significativo, a Administração exigirá uma garantia de 5% (cinco por cento) do valor contratado.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada por Gestor e fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.

Deverão os fiscais do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, não implicando a sua ocorrência em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados.

A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

12. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

A comunicação entre as partes será realizada por meio escrito com assinatura dos responsáveis e datado, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada à execução do contrato. Também será admitida a comunicação por correio eletrônico.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no Edital e no contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;
- IX. manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- X. atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;



-
- XI. se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
 - XII. obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
 - XIII. se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
 - XIV. se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.
 - XV. se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles.
 - XVI. observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
 - XVII. manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras.
 - XVIII. na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08.03.07, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.
 - XIX. proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos.
 - XX. obrigar-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever

-
- sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE, com microcomputador e telefone, além de sala de reuniões para uso comum.
- XXI. obriga-se a apresentar no final da obra a Planta Cadastral (AS BUILT) constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra.
- XXII. obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
 - b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
 - c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.
- XXIII. registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.
- XXIV. registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/04”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ.
- XXV. A observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXVI. observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- XXVII. na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- I - até 200 empregados..... 2%;
 - II - de 201 a 500..... 3%;
 - III - de 501 a 1.000..... 4%;
 - IV - de 1.001 em diante. 5%.
- XXVIII. Nas licitações cujos limites sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa deverá manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de

conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. A contratada compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17 de outubro de 2017.

15. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Os níveis mínimos de serviço a serem prestados pela contratada serão mensurados por meio de indicadores objetivos que permitam à Administração aferir os resultados alcançados, conforme contrato, em concordância nas quantidades e qualidades exigidas e assim adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

16. REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços contratados serão reajustados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado, não se admitindo o seu cômputo a contar da assinatura do contrato ou do requerimento do contratado.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do último mês abrangido pelo reajuste anterior.

Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, da tabela EMOP mais atualizada até a data de aniversário da respectiva anualidade, exclusivamente para as parcelas da obra/serviço remanescentes, ou seja, aqueles cuja execução se inicie após a anualidade.

Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços das parcelas da obra/serviço remanescentes, a cada anualidade. Estas parcelas remanescentes serão reajustadas pelo índice contido na tabela EMOP mais atualizada no momento da concessão do reajuste, que vigorará até a data da próxima anualidade.

Será objeto de reajuste apenas os itens e serviços remanescentes, ou seja, aqueles referentes a parcelas da obra/serviço cuja execução se inicie após a anualidade, e ainda não pagos.

É vedado o reajustamento retroativo de parcelas já executadas pelo **CONTRATADO** e pagas pela **CONTRATANTE**.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.



O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato.

Em caso de atraso do cronograma físico-financeiro imputável ao **CONTRATADO**, sem culpa da **CONTRATANTE**, não haverá direito ao reajuste das parcelas da obra/serviço remanescentes e cuja execução se encontre em mora.

Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

- a) da data-base do orçamento, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias do aniversário de cada anualidade do Contrato;
- b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajuste, já adotado no edital e no contrato.

Caso não requerido o reajuste, pelo **CONTRATADO**, no prazo de 60 dias a contar da anualidade, perde-se o direito ao reajustamento em relação às parcelas executadas neste período, razão pela qual os efeitos financeiros passarão a contar da data do seu requerimento.

Caso não requerido o reajuste, pelo **CONTRATADO**, em relação a uma determinada anualidade, ainda poderá requerê-lo, no futuro, em relação às próximas anualidades, desde que observadas as demais cláusulas deste contrato.

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha se operado a anualidade do orçamento do contrato, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido no prazo previsto no contrato e/ou edital.

A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório, observados os efeitos financeiros.

O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única providência a ser realizada e desde que observados estritamente os termos do presente contrato.

O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajuste, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser levada em consideração a revisão já concedida, de modo a evitar acumulação indevida.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG),



referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no termo de referência, assim como nos arts. 6º, inciso XXIV, alínea ‘e’ e inciso XXV e art. 45 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Governo do Rio de Janeiro, bem como da CONTRATANTE, voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas a seguir:

- Economia de energia;
- Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- Economia de água;
- Reciclagem de lixo;
- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluição, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurados o direito à ampla defesa e o contraditório.

18. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação.

19. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

- as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;
- impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;



- o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado nos termos do item 3.15.1;
- as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;
- A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

20. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Será permitida a participação de cooperativas.

Em relação às cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

- Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;
- Demonstrativo de que qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;
- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;
- A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

- Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou
- cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

Presumir-se-á a intermediação de mão de obra subordinada à relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto nos dispositivos acima e na legislação em vigor.

A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

21. FORNECIMENTO DE PRODUTOS

21.1. PRODUTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada será a responsável por fornecer e manter disponível em serviço de armazenamento online qualquer produto digital resultante da execução dos serviços, respeitando as especificações técnicas da planilha orçamentária e desse termo.

21.2. PRODUTOS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO

Em caso de haver a necessidade de fornecimento de produto que não conste neste termo, a CONTRATADA deverá solicitar e justificar a execução do mesmo. E caberá a CONTRATANTE a autorização ou não da solicitação.

22. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONTRATADA deverá:

- Manter atualizados todos os documentos de habilitação, bem como as licenças necessárias ao seu funcionamento.
- Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.
- Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no presente Projeto Básico.



- Assumir a responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, pela completa desmobilização de todas as estruturas e equipamentos de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços.
- Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.
- Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.
- A CONTRATADA responderá legal e administrativamente pela garantia, solidez, qualidade e eficiência dos serviços de arquitetura e engenharia por ela elaborados e essa responsabilidade não cessará com a entrega e aprovação dos serviços, mas se estenderá até a conclusão do objeto dos serviços prestados.
- Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Projeto Básico, será de propriedade exclusiva da UENF, que dela se utilizará conforme lhe convier.
- É vedada a CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços objeto deste edital, cuidando da sua confidencialidade, salvo com prévia, formal e expressa autorização da UENF.

24. ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO



Luiz Gabriel Sarmet Moreira Smiderle

Id. Funcional: 641182-7

Cargo: Gerente de Projetos de Engenharia / PNS - Engenheiro Civil



Paulo Marcos de Campos Peixoto

Id. Funcional: 2882214-5

Cargo: PNM - Edificações